

Conjuntura demográfica da população portuguesa no período de 1970-80: aspectos globais

1. INTRODUÇÃO

O interesse pela demografia tem aumentado consideravelmente nos últimos anos no nosso país. Esse aumento de interesse provém não só de uma exigência cada vez maior dos habituais utilizadores dos dados demográficos, como também do facto de outros campos terem descoberto a utilidade deste tipo de informação.

Pensamos que a *Análise Social* tem contribuído com uma parte importante para esta situação através da publicação, nos últimos anos, de vários artigos nesta área das ciências sociais. Esta procura, porém, obrigou-nos a repensar um pouco o nosso programa de investigação. Até ao momento, a grande maioria dos trabalhos têm-se concentrado em caracterizar aspectos particulares da demografia portuguesa, ou então em adaptar algumas novas técnicas de análise aos nossos dados.

É, sem dúvida, uma tarefa fundamental que não queremos de modo nenhum deixar para segundo plano. Porém, estamos conscientes de que semelhante tipo de trabalhos se dirige a um público necessariamente reduzido, devido à aridez da linguagem técnica e ao constante recurso a métodos de análise estatístico-matemáticos. Deixamos pois de fora todos aqueles que se interessam por problemas populacionais em geral e pela evolução da população portuguesa em particular. O seu tipo de formação por vezes dificilmente consegue acompanhar as análises sofisticadas da metodologia demográfica. E, mesmo que a sua formação o permita, existe frequentemente um certo desinteresse por semelhante tipo de trabalhos.

Foi pensando nestas situações, ou seja, na existência de pessoas que precisam ou se interessam pela demografia, sem no entanto se interessarem pelas suas técnicas, que resolvemos iniciar uma nova série de artigos intitulados «Conjuntura demográfica».

O primeiro diz respeito aos aspectos globais da população portuguesa no período de 1970-80. Seguir-se-ão os aspectos regionais no mesmo período. Depois, na medida em que os dados vão estando disponíveis, iremos apresentando outras conjunturas para períodos mais curtos, posteriores a 1980, integrando simultaneamente os aspectos globais e regionais.

Neste contexto, as primeiras duas conjunturas demográficas terão uma estrutura diferente das que se seguirão. Várias razões motivaram esta nossa escolha: em primeiro lugar, porque, tendo-se a maior parte dos nossos trabalhos concentrado no período de 1930-70, era importante actualizar a informação para o decénio de 1970-80; em segundo lugar, a falta de dados disponíveis, de que falaremos no ponto seguinte, obrigou-nos a

adiar o início destas conjunturas; em terceiro lugar, o volume dos dados e a extensão do período indicaram-nos que seria mais prudente separar a análise global da análise regional, para não tornar este trabalho muito extenso e perder assim o efeito de facilidade de comunicação que se pretende obter.

Finalmente, resta-nos salientar que, em princípio, cada conjuntura demográfica será composta por cinco partes fundamentais. Na primeira far-se-á o ponto da situação das fontes para o período em análise. Na segunda parte apresentar-se-ão os dados globais respeitantes ao movimento da população. Seguir-se-á a análise da evolução das estruturas e a evolução das variáveis microdemográficas. Finalmente, o último ponto será reservado à comparação dos dados portugueses com os da Europa.

2. AS FONTES

Começamos em primeiro lugar pelas estatísticas do movimento da população. Apesar de estarmos em 1983, as últimas *Estatísticas Demográficas* publicadas pelo INE são as de 1975. Foi-nos dito que durante o ano de 1982 saíam as de 1976 e 1977, mas foi em vão que esperamos... na altura em que redigimos o presente trabalho continua tudo na mesma. Tal significa que só existe uma informação completa e pormenorizada para o período de 1970-75. A partir desta última data apenas podemos dispor da informação constante no *Anuário Estatístico* (o último que saiu foi de 1980) ou em folhetos de informação da INE. São, como não pode deixar de ser, dados globais que apenas nos possibilitam o cálculo de algumas medidas elementares. Deste facto resulta que esta primeira conjuntura demográfica não é tão rica como desejaríamos em instrumentos de análise, visto que, a partir de 1975, a informação é bastante incompleta.

É certo que podíamos ter elaborado uma análise mais sofisticada no período de 1970-75 e mais rudimentar no período seguinte. Preferimos porém aguardar. Talvez em ulteriores conjunturas retomemos a análise deste período se entretanto os dados tiverem saído...

No que diz respeito às estruturas, a situação é tão grave ou ainda mais do que as estatísticas do movimento da população.

Na realidade, os dados respeitantes ao 11.º Recenseamento da População (1970) apenas estão publicados com estimativa a 20 %. É nessa estimativa que nós podemos encontrar as estruturas populacionais e em mais nenhum lado. É certo que já depois de 1980 saíram os resultados definitivos respeitantes ao recenseamento de 1970, mas a pobreza dos dados apresentados é confrangedora! Apenas dispomos do número de alojamentos, das famílias e da população presente e residente.

Quanto ao 12.º Recenseamento da População (Março de 1981), existe, publicada pelo INE, uma versão com os resultados preliminares onde, para além da população presente, se dispõe do número de famílias e de alojamentos. Recentemente começaram a sair, por distritos, cadernos com os resultados definitivos. O tipo de informação publicada é sensivelmente idêntica à da versão preliminar.

Resta-nos, pois, o recurso, mais uma vez, aos *Anuários Estatísticos*, onde nos aparecem as estruturas estimadas. Como não podia deixar de ser, tivemos de utilizar estas estruturas, uma vez que não dispomos de outras.

Eis, pois, os dados que utilizámos nesta primeira conjuntura demográfica: dados incompletos combinados com estruturas estimadas. Consequentemente, a nossa conjuntura também é «estimada»... é preciso militância para se investigar em demografia no nosso país!

3. MOVIMENTO DA POPULAÇÃO, MEDIDAS ELEMENTARES E RITMOS DE CRESCIMENTO

No quadro n.º 1 apresentamos o movimento da população portuguesa no período de 1970-80, bem como as principais medidas elementares referentes a este período.

Começemos pela análise dos efectivos globais da população. Antes, porém, de os analisarmos convém tecer algumas considerações acerca da natureza dos dados. Assim, a população em 31 de Dezembro de 1980 é a referente ao censo de Março de 1981. Preferimos introduzir um erro de três meses do que estar a trabalhar com mais populações estimadas. Quanto à população de 1970, também não é a do censo de 1970 (8 629 338), mas uma população ajustada pelo INE, visto este organismo estar consciente do censo que se fez em 1970...

Assim, tudo indica que em dez anos a população portuguesa cresceu cerca de 800 000 habitantes. Conforme se pode verificar, esse crescimento não está igualmente repartido por todos os anos. Pelo contrário, existem três períodos distintos:

Um período, 1970-73, de relativa estabilização no crescimento ou até de um pequeno decréscimo (é difícil ser-se rigoroso devido a estarmos a lidar com populações estimadas);

Um período, 1974-76, de grande crescimento, onde a população aumenta cerca de 700 000 habitantes;

Um período, 1977-80, onde se regressa à estabilidade e até a um eventual decréscimo (tal como no primeiro período, também é difícil o rigor devido a termos utilizado populações estimadas).

Quanto aos nascimentos, no início da década eram 172 891 e no fim desta década eram 160 957. Ou seja, cerca de 800 000 pessoas a mais não impediram que os nascimentos diminuíssem cerca de 12 000. Essa diminuição também não foi constante: até 1974 o seu valor é estável e rondando os 172 000 (saliente-se, no entanto, que em 1971 houve um anormal volume de nascimentos para o qual não encontramos explicação; não nos parece que as flutuações aleatórias justifiquem uma tal ocorrência, inclinando-nos, pelo contrário, para uma má qualidade dos dados ou em 1971 ou em 1970; pensamos ser mais provável ter havido uma perturbação na qualidade em 1970, visto os nascimentos em 1969 serem 189 739); aumenta bastante no período de 1975-76 e começa a diminuir no período seguinte. No conjunto do decénio houve um total de 1 744 189 nascimentos.

Os óbitos, ao contrário dos nascimentos, aumentaram no período em análise quase 5000. É normal, tendo em conta o aumento da população. Não se observa, no entanto, a existência de períodos marcados e distintos. Na realidade, se excluirmos o ano de 1971 (onde, tal como nos nascimentos, o valor nos aparece empolado em relação a 1970 e onde confir-

Movimento da população e medidas demográficas elementares em Portugal no período de 1970-80

[QUADRO N.º 1]

Anos	População em 31 de Dezembro(a)	Nascimentos(b)	Óbitos(b)	Casamentos(b)	Emigrantes oficiais(b)	Taxa bruta da natalidade (permila- gem)(c)	Taxa bruta da mortalidade (permilagem)	Taxa bruta da nupcialidade (permila- gem)(c)	Taxa bruta da emigração (permila- gem)(c)
1970	9 013 700	172 891	93 093	81 461	66 360	19,12	10,29	9,01	7,34
1971	8 967 200	189 042	98 688	83 438	50 400	21,03	10,98	9,28	5,61
1972	8 973 700	174 685	90 315	77 325	54 083	19,47	10,07	8,62	6,03
1973	8 978 200	172 324	95 435	84 334	79 517	19,20	10,63	9,40	8,86
1974	9 218 400	171 979	97 034	81 724	43 397	18,90	10,67	9,98	4,77
1975	9 633 100	179 648	97 936	103 125	24 811	19,06	10,39	10,94	2,63
1976	9 698 800	186 712	102 027	101 885	19 469	19,32	10,56	10,54	2,01
1977	9 773 000	181 064	96 111	91 403	19 543	18,60	9,87	9,39	2,01
1978	9 819 600	167 467	96 194	81 111	22 112	17,09	9,81	8,28	2,26
1979	9 862 700	160 311	92 732	77 993	26 318	16,29	9,42	7,93	2,67
1980	9 806 300	160 975	97 698	73 290	25 207	16,37	9,93	7,45	2,56
1970/80	9 410 000	1 744 189	964 170	855 628	364 857	18,54	10,25	9,09	3,88

(a) Fonte: *Anuário Estatístico de 1980*, p. 29, para os anos de 1970 a 1979 (os dados de 1970 são ajustados pelo INE); para 1980, Censo de 1981 — «Resultados preliminares» (embora os dados sejam referentes a Março de 1981).

(b) Fonte: *Estatísticas Demográficas de 1970*, p. 2; *Anuário Estatístico de 1980*, p. 33. Nota — Os nascimentos e os casamentos são no local do facto, os óbitos e os emigrantes são no local de residência, conforme refere a fonte; existe um erro na fonte no ano de 1971, onde os nascimentos nos aparecem 181 243, contradizendo informações anteriores, nomeadamente as do *Anuário Estatístico de 1979* e das *Estatísticas Demográficas de 1971*.

(c) As taxas brutas foram calculadas com base na população a meio do ano, ou seja, somando a população de dois anos consecutivos e dividindo por dois; a população em 1979 era de 9 074 700, segundo o *Anuário Estatístico de 1980*, p. 29. As taxas brutas globais para o período de 1970-80 foram calculadas dividindo os acontecimentos médios pela população a meio do período $(9\,013\,700 + 9\,806\,300) : 2 = 9\,410\,000$.

mámos a tendência anterior, ou seja, havendo 101 088 óbitos em 1969, tudo indica que houve acontecimentos ocorridos em 1970 que foram registados em 1971) e o ano de 1976 (ano terminal de um período curto de grande aumento populacional), as variações encontradas são mais aleatórias do que a indicação de uma tendência. No conjunto do decénio houve um total de 964 170 óbitos.

Nos casamentos encontramos uma evolução idêntica à dos nascimentos, embora globalmente tenham diminuído menos que estes últimos. Na realidade, se, no decénio de 1970-80, os nascimentos diminuíram cerca de 12 000, os casamentos diminuíram cerca de 8000. Encontramos igualmente três períodos distintos: até 1974, o seu valor é estável (embora com flutuações), aumenta sensivelmente no período de 1975-76 e começa a diminuir no período seguinte. No conjunto do decénio houve um total de 855 628 casamentos.

Quanto à série dos emigrantes, é mais difícil de interpretar devido ao facto de ela apenas se referir aos emigrantes oficiais. Ora, sabendo nós que paralelamente à emigração oficial existe um outro fenómeno que se chama emigração clandestina, pode acontecer, por exemplo, que uma diminuição da emigração oficial não signifique um declínio dos acontecimentos, uma vez que pode ter aumentado a clandestinidade. Em todo o caso, para além das flutuações aleatórias e da interferência do fenómeno da clandestinidade, parece ser incontestável que também aqui encontramos três períodos distintos: até 1974, onde os valores são sensivelmente idênticos aos observados em anos anteriores; o período de 1975-77, onde a emigração nitidamente declina; e o período de 1978-80, onde lentamente a emigração volta a crescer, embora sem atingir os valores do início do decénio. No conjunto do decénio houve um total de 364 857 emigrantes oficiais.

Após esta análise da evolução dos acontecimentos vejamos agora a evolução das principais taxas brutas. Embora sendo medidas muito grosseiras que isolam muito rudimentarmente os efeitos de estrutura, algumas linhas de força são visíveis: uma certa estabilidade dos valores até 1974 e uma alteração dessa estabilidade no período de 1975-76, devido ao fenómeno do retorno (aumento de natalidade e nupcialidade e diminuição da emigração).

No período de 1977-80, a natalidade e a nupcialidade diminuem, a emigração continua com baixos níveis e a mortalidade mantém-se estável.

Tal não quer dizer, no entanto, que esta tenha sido a evolução dos diversos fenómenos em análise. A evolução descrita é apenas aquela que transparece dos indicadores utilizados, que são, como já dissemos, bastante grosseiros e que, devido aos efeitos de estrutura, podem induzir em erro a nossa análise. Aguardemos pois o ponto de vista da análise das variáveis microdemográficas para nos aproximarmos da real evolução dessas variáveis.

Finalmente, com base nos dados do quadro n.º 1, elaborámos o quadro n.º 2, onde se apresentam os ritmos de crescimento, calculados ano a ano para o período em análise.

Calculámos em primeiro lugar os ritmos de crescimento natural, ou seja, aqueles ritmos de crescimento que a população teria se não existissem movimentos migratórios de nenhuma espécie (hipótese de população fechada). Em seguida calculámos os ritmos de crescimento total com base nas populações estimadas (hipótese de população aberta). É o nosso ritmo

Crescimento natural, crescimento migratório e crescimento total anual médio em Portugal no período de 1970-80, em percentagem

[QUADRO N.º 2]

Períodos	Crescimento natural(a)	Crescimento migratório(b)	Crescimento total(c)
1969-70	+ 0,88	- 1,55	- 0,67
1970-71	+ 1,01	- 1,53	- 0,52
1971-72	+ 0,94	- 0,87	+ 0,07
1972-73	+ 0,86	- 0,81	+ 0,05
1973-74	+ 0,82	+ 1,82	+ 2,64
1974-75	+ 0,87	+ 3,53	+ 4,40
1975-76	+ 0,88	- 0,20	+ 0,68
1976-77	+ 0,87	- 0,11	+ 0,76
1977-78	+ 0,73	- 0,25	+ 0,48
1978-79	+ 0,69	- 0,25	+ 0,44
1979-80	+ 0,64	- 1,21	- 0,57
1970-80	+ 0,83	+ 0,01	+ 0,84

(a) Crescimento natural = TBN — TBM.

(b) Crescimento migratório = crescimento total — crescimento natural.

$$(c) \text{ Crescimento total} = \frac{\frac{P}{x+1} - \frac{P}{x}}{\frac{P}{x} + \frac{P}{x+1}} \cdot \frac{x}{2}$$

Nota — Uma outra forma de fazer estes cálculos é através de:

$$\log \frac{\frac{P}{x+n}}{\frac{P}{x}} = n \log (1 + a)$$

Fonte: os dados do quadro n.º 1.

real de crescimento. Finalmente, subtraindo do crescimento total o crescimento natural, encontrámos o crescimento migratório. Este processo permite-nos lidar não só com a emigração oficial, como também com a emigração clandestina e a imigração. Os resultados são, como não podia deixar de ser, obtidos em termos de saldo.

Começemos por analisar o crescimento natural. Até 1977, os ritmos de crescimento são positivos e sensivelmente idênticos nos diversos períodos. A partir desta data, embora continuando positivos, começa a manifestar-se um acentuado declínio que cada vez mais aproxima o nosso ritmo de crescimento natural do chamado «crescimento zero». No conjunto do decénio, o ritmo de crescimento natural é de + 0,83 %.

Quanto ao crescimento migratório, encontramos três períodos distintos: o período até 1973, onde o saldo é francamente negativo (mais emigração do que imigração); o período de 1974-75, onde o saldo é francamente positivo (mais imigração do que emigração); e o período a partir de 1975, onde os saldos voltam de novo a ser negativos, mas com valores bastante inferiores aos do início da década em análise. O valor encontrado no último período pode induzir em erro, ou seja, julgar-se que a emigração tomou os ritmos antigos. Tal não é verdade, conforme se pode verificar no quadro n.º 1. Os valores da emigração em 1980 não são substancialmente diferentes dos dos três anos anteriores. A discrepância

provém do facto de em 1979 se ter utilizado uma população estimada e em 1980 uma população real obtida através do recenseamento. No conjunto do decénio, o ritmo de crescimento migratório é de + 0,01 %.

A conjugação destes dois ritmos de crescimento permite-nos, como é óbvio, compreender a evolução do crescimento total. Assim:

No período de 1970-73, os ritmos do crescimento total são ligeiramente negativos numa primeira fase e depois ligeiramente positivos (neste último caso são praticamente iguais a zero); tal deve-se ao facto de o crescimento migratório negativo contrabalançar em linhas gerais o crescimento natural positivo; em termos de movimento da população, o excedente francamente positivo dos nascimentos (praticamente estáveis no período) em relação aos óbitos (também estáveis) é anulado, ou quase que anulado, pela importância da emigração:

Nos períodos de 1973-74 e 1974-75, os ritmos de crescimento total apresentam valores positivos e muito elevados, em particular no segundo período; tal deriva do facto de os ritmos de crescimento migratório terem passado de valores negativos a positivos muito elevados, enquanto o ritmo de crescimento natural não difere substancialmente do período anterior; em termos de movimento da população, a revolução de 25 de Abril teve como consequência o aparecimento do fenómeno do retorno (centenas de milhares de pessoas regressaram ao nosso país, sobretudo de África), o que, conjugado com a crise de emprego no mundo desenvolvido, fez também com que diminuísse a emigração; é certo que também observamos alguma perturbação no movimento natural, mas não só é insignificante quando comparado com o movimento migratório, como também um pequeno aumento dos nascimentos foi compensado com um pequeno aumento nos óbitos;

Finalmente, nos restantes períodos, devido a o crescimento natural começar a diminuir e o crescimento migratório retomar as tendências do início da década (embora com valores mais baixos), o crescimento total volta a ser positivo, embora com valores cada vez mais próximos de zero; no último período, até já nos aparece um crescimento total negativo, mas, devido às razões anteriormente apontadas, este valor tem de ser interpretado com sérias reservas; em termos de movimento da população, temos que, tal como no início da década, o excedente dos emigrantes em relação aos imigrantes «consomem» o excesso dos nascimentos em relação aos óbitos; é certo que o crescimento total não se torna negativo (excepto no último período) ou próximo de zero, mas tal deve-se ao facto de a emigração se ter reduzido a sensivelmente 1/3 da do início do período em análise; a tendência para zero justifica-se pela diminuição dos nascimentos observada nos últimos anos;

No conjunto do decénio, o crescimento total foi de + 0,84 %.

4. AS ESTRUTURAS

No quadro n.º 3 apresentamos as estruturas populacionais e as relações de masculinidade estimadas para 31 de Dezembro de 1980. No gráfico I apresentamos a pirâmide de idades referente a essas estruturas.

Em ordem a melhor nos apercebermos da evolução das nossas estruturas, também apresentamos a pirâmide de idades referente às estruturas de 1970. Finalmente, no gráfico II representamos a evolução das relações de masculinidade ao longo dos diversos grupos de idades. Tal como fizemos para as pirâmides, também apresentamos a evolução das relações de masculinidade de 1970, em ordem a facilitar as comparações.

**Estruturas populacionais e relações de masculinidade de Portugal
estimadas para 31 de Dezembro de 1980**

[QUADRO N.º 3]

Grupos de idades	Homens		Mulheres		Relações de masculinidade (× 100)
	Números absolutos	Porcentagem	Números absolutos	Porcentagem	
0-4	432 500	4,37	420 400	4,24	103
5-9	432 500	4,37	417 500	4,22	104
10-14	449 700	4,54	431 900	4,36	104
15-19	463 900	4,68	448 700	4,58	103
20-24	416 400	4,20	411 300	4,15	101
25-29	370 700	3,74	386 600	3,90	96
30-34	303 700	3,07	352 300	3,56	86
35-39	242 000	2,44	304 600	3,08	79
40-44	245 400	2,48	308 100	3,11	80
45-49	256 100	2,59	314 300	3,17	81
50-54	247 600	2,50	304 600	3,08	81
55-59	226 800	2,29	274 600	2,77	83
60-64	184 900	1,87	225 400	2,28	82
65-69	168 800	1,70	212 800	2,15	79
70-74	129 800	1,31	181 200	1,83	72
75 e +	123 000	1,24	216 800	2,19	57
Total	4 693 800	47,39	5 211 100	52,62	90

Fonte: *Anuário Estatístico de 1980*, INE, p. 30.

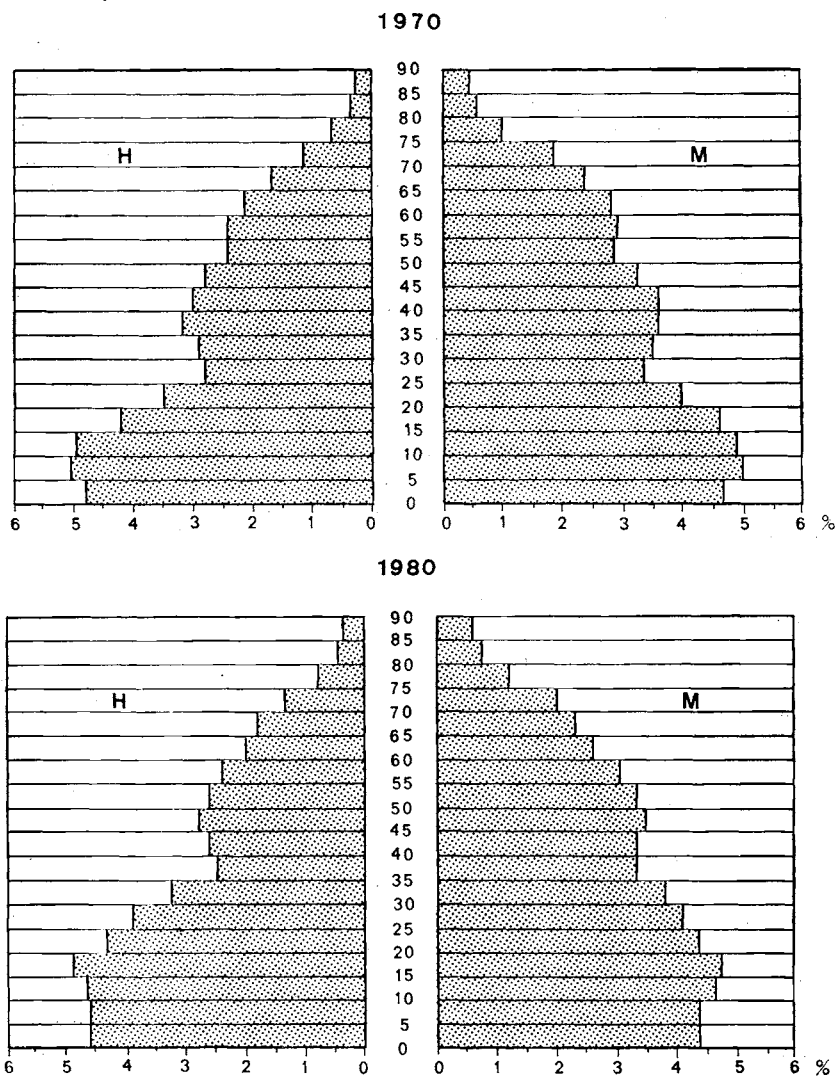
Começamos pela análise das pirâmides de idades. Em 1980, a pirâmide de idades obtida para o conjunto do País não se diferencia substancialmente da pirâmide obtida para 1970. Na realidade, nem é uma pirâmide do «tipo acento circunflexo» (típica dos países com grande crescimento demográfico), nem é uma pirâmide do «tipo urna» (típica dos países com taxas de crescimento próximas de zero). A nosso ver, encontra-se numa fase de transição entre o primeiro tipo e o segundo, embora esteja incontestavelmente já muito próxima do «tipo urna». É pois uma pirâmide moderadamente envelhecida.

Conforme já explicámos em trabalho anterior¹, o envelhecimento das populações é fundamentalmente determinado pelo declínio da fecundidade, e não pelo declínio da mortalidade. Ora, conforme iremos ver no ponto seguinte, o declínio da fecundidade foi particularmente acentuado na década de 1970-80. Seria pois de esperar um grande envelhecimento

¹ J. Manuel Nazareth, *O Envelhecimento da População Portuguesa*, Lisboa, Ed. Presença, 1979.

Pirâmides de idades de Portugal em 1970 e 1980(a)

[GRAFICO I]



(a) Fontes: 11.º Recenseamento da População (1970) e Anuário Estatístico de 1980.

quer na base (diminuição da importância dos jovens), quer no topo da pirâmide (aumento da importância dos velhos). Tal não aconteceu, conforme facilmente se pode verificar.

A que será devida esta aparente contradição? Aos movimentos migratórios. Na realidade, se a fecundidade é a variável-chave na compreensão do processo natural do envelhecimento, este pode ser profundamente alterado quando existem movimentos migratórios intensos. Se um país é predominantemente de emigração, a população activa diminui e, consequentemente, os outros dois grupos aumentam (envelhecimento no topo

e rejuvenescimento na base). Se, pelo contrário, um país é predominantemente de imigração, é o inverso que se observa.

Ora acontece que este período é particularmente diferente das décadas anteriores. O nosso país, que ao longo da história tem sido predominantemente de emigração (emigração essa que foi particularmente intensa na década de 1960-70), aparece-nos no período de 1970-80 na situação inversa, ou seja, predominantemente de emigração. Com efeito, apesar de, nos últimos anos do período em análise, a emigração ter diminuído a sua importância (devido ao acentuar da crise europeia em particular e do mundo desenvolvido em geral), tal não impediu que oficialmente tivessem saído do País 431 217 emigrantes. Aconteceu, porém, que, com o fim do Império Colonial, várias centenas de milhares de portugueses regressaram a Portugal (o número exacto é difícil de precisar, mas estima-se que não se afastará muito dos 700 000). Este saldo, positivo em várias centenas de milhares, acrescido ao facto de vários emigrantes europeus terem sido obrigados a regressar ao nosso país, tornou este decénio como predominantemente de imigração.

Neste contexto, se a imigração provoca um rejuvenescimento no topo e um envelhecimento da base, seria de esperar que a nossa pirâmide de idades reflectisse essa situação. Tal não aconteceu. Mas tudo tem uma explicação. No topo da pirâmide de idades, o rejuvenescimento provocado pela emigração foi compensado praticamente pelo envelhecimento provocado pelo declínio da fecundidade. Na base, quer a imigração quer o declínio da fecundidade deveriam conjuntamente ter provocado um grande envelhecimento. Tal não se verificou pelo facto de esta imigração ter tido características muito particulares: não foi só a população activa que regressou, mas famílias inteiras. As crianças vindas predominantemente das nossas ex-colónias africanas quase que compensaram a diminuição da sua importância relativa no conjunto do País.

É também devido ao facto de este fenómeno de retorno ter sido constituído majoritariamente por famílias inteiras que nós não observamos as grandes distorções que em princípio seriam de esperar no aspecto geral da pirâmide de 1980, quando comparada com a de 1970.

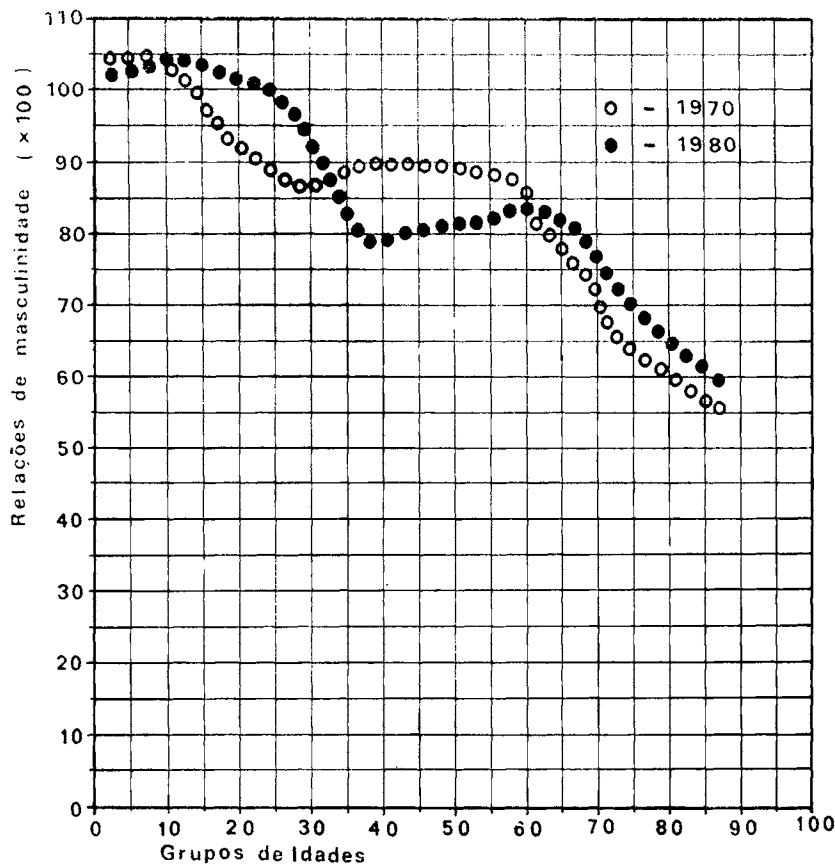
Com efeito, uma pirâmide, em princípio, nunca é simétrica. A parte esquerda começa por ser maior do que a parte direita, devido ao fenómeno da sobremasculinidade dos nascimentos. Em seguida, à medida que caminhamos para os grupos de idades mais avançados, a importância relativa do sexo masculino em relação ao sexo feminino começa a diminuir, chegando-se aos grupos terminais com o dobro ou o triplo dos efectivos femininos em relação aos masculinos. Tal facto é devido ao fenómeno da sobremortalidade masculina.

Para melhor se visualizar o efeito destes dois fenómenos é usual representar-se graficamente a evolução das diversas relações de masculinidade ao longo dos diversos grupos de idades. Foi o que fizemos no gráfico II, sobrepondo a informação de 1980 com a de 1970.

Pondo por ora de lado a grande concavidade nos grupos 35-40 anos, verificamos que a tendência geral reflecte o efeito da sobremasculinidade dos nascimentos e óbitos. Porém, não deixa de ser particularmente visível, sobretudo se compararmos com 1970, que só a partir do grupo 25-29 anos o peso relativo do sexo masculino começa a ser inferior ao do sexo feminino. Tal é devido à imigração, que nos indica assim ter sido maior no sexo masculino do que no sexo feminino.

Relações de masculinidade da população portuguesa em 1970 e 1980(a)

[GRÁFICO II]



(a) Fontes: ver gráfico I.

Finalmente, resta-nos fazer um pequeno comentário à concavidade encontrada nos grupos 35-40 e 40-45 anos. Não é mais do que a consequência da concavidade encontrada 10 anos antes nos grupos 25-30 e 30-35 anos. É o resultado da grande emigração da década de 60.

Embora uma análise feita através das pirâmides de idades e das relações de masculinidade seja incontestavelmente a mais completa, é usual, em ordem a facilitar as comparações no tempo e no espaço, agrupar a informação em grandes grupos de idades. É certo que, nesta conjuntura, onde comparamos apenas dois períodos, o interesse desta análise é relativo. Porém, como tencionamos, num próximo artigo, elaborar uma análise regional por distritos, o seu interesse residirá fundamentalmente na existência de um padrão de referência em ordem a detectar-se a existência e o sentido das assimetrias contidas no espaço português. A fim de facilitar as comparações internacionais, utilizámos dois critérios de repartição dos grupos funcionais (0-19, 20-59 e 60 e + anos; 0-14, 15-64, 65 e + anos) e separámos os sexos para observar a evolução do envelhecimento diferencial.

Tudo quanto dissemos anteriormente pode facilmente ser observado no quadro n.º 4. No entanto, pensamos que ficam mais claras as três características fundamentais do envelhecimento da população portuguesa no período de 1970-80:

- A continuidade do processo de envelhecimento da população portuguesa, embora a um ritmo particularmente lento neste período pelas razões expostas anteriormente;
- O envelhecimento observado foi maior na base (diminuição do peso dos jovens) do que no topo (aumento dos idosos);
- O aumento desse envelhecimento foi praticamente igual nos dois sexos, fazendo assim com que a sua diferença relativa se mantivesse sensivelmente constante; por outras palavras, o sexo feminino continua a estar muito mais envelhecido do que o sexo masculino, tanto na base como no topo.

A evolução dos índices-resumos, como é lógico, reflecte essa evolução. Assim:

- O índice de vitalidade indica-nos que por cada 100 jovens existiam 39 idosos em 1970 e 41 em 1980 (pelo primeiro critério de agrupamento) ou 37 idosos em 1970 e 40 em 1980 (pelo segundo critério de agrupamento); este índice de vitalidade é muito maior no sexo feminino do que no sexo masculino;
 - A *ratio* de dependência dos jovens indica-nos que por cada 100 «pessoas activas» existiam 76 jovens em 1970 e 70 em 1980 (pelo primeiro critério de agrupamento) ou 46 jovens em 1970 e 41 em 1980 (pelo segundo critério de agrupamento); este índice é muito maior no sexo masculino do que no sexo feminino;
 - A *ratio* de dependência dos velhos indica-nos que por cada 100 «pessoas activas» existiam cerca de 29 idosos tanto em 1970 como em 1980 (pelo primeiro critério de agrupamento) e cerca de 16 idosos (pelo segundo critério de agrupamento); esta *ratio* de dependência é maior no sexo feminino do que no sexo masculino;
- Finalmente, a *ratio* de dependência total é o resultado do efeito combinado dos outros dois; segundo o primeiro critério de agrupamento, por cada 100 «pessoas activas» existiam 106 «não activas» em 1970 (76 jovens e 30 velhos) e 99 em 1980 (70 jovens e 29 velhos); pelo segundo critério de agrupamento, por cada 100 «pessoas activas» existiam 62 «não activas» em 1970 (46 jovens e 16 velhos) e 58 em 1980 (41 jovens e 17 velhos); esta *ratio* de dependência é maior no sexo masculino do que no sexo feminino.

5. AS VARIÁVEIS MICRODEMOGRÁFICAS

a) A MORTALIDADE

No ponto 3 do presente trabalho já nos tínhamos referido à evolução da mortalidade através de um indicador sumário — a taxa bruta de mortalidade. Também dissemos que, por se tratar de um indicador muito grosseiro, devido a isolar de uma forma muito insatisfatória os efeitos de

Grupos funcionais e índices-resumos das estruturas populacionais de 1970 e 1980 em Portugal

[QUADRO N.º 4]

	Sexos reunidos		Sexo masculino		Sexo feminino	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
População no grupo de 0-19 anos	3 182 750	3 497 100	1 600 970	1 778 600	1 581 780	1 718 500
População no grupo de 20-59 anos	4 185 465	4 965 100	1 971 595	2 308 700	2 213 870	2 656 400
População no grupo de 60 e + anos	1 242 910	1 442 700	516 600	606 500	726 310	836 200
Total	8 611 125	9 904 900	4 089 165	4 693 800	4 521 960	5 211 100
0-19 anos (percentagem)	36,96	35,31	39,15	37,89	34,98	32,98
20-59 anos (percentagem)	48,61	50,13	48,22	49,19	48,96	50,98
60 e + anos (percentagem)	14,43	14,57	12,63	12,92	16,06	16,05
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Índice de vitalidade (a)	39,05	41,25	32,27	34,10	45,92	48,66
RDJ (b)	76,04	70,43	80,20	77,04	71,45	64,69
RDV (c)	29,70	29,06	26,20	26,27	32,81	31,48
RDT (d)	105,74	99,49	107,40	103,31	104,26	96,17
População no grupo de 0-14 anos	2 451 850	2 584 500	1 245 480	1 314 700	1 206 370	1 269 800
População no grupo de 15-64 anos	5 326 515	6 288 000	2 511 140	2 957 500	2 815 375	3 330 500
População no grupo de 65 e + anos	832 760	1 032 400	332 545	421 600	500 215	610 800
Total	8 611 125	9 904 900	4 089 165	4 693 800	4 521 960	5 211 100
0-14 anos (percentagem)	28,47	26,09	30,46	28,01	26,68	24,37
15-64 anos (percentagem)	61,86	63,48	61,41	63,01	62,26	63,91
65 e + anos (percentagem)	9,67	10,42	8,13	8,98	11,06	11,72
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Índice de vitalidade (a)	36,96	39,95	26,70	32,07	41,46	48,10
RDJ (b)	46,03	41,10	49,70	44,45	42,85	38,13
RDV (c)	15,63	16,42	13,24	14,26	17,77	18,34
RDT (d)	61,66	57,52	62,84	58,71	60,62	56,47

$$(a) \text{ Índice de vitalidade} = \frac{65 + \text{anos}}{0-14 \text{ anos}} \times 100 \text{ ou } \frac{60 + \text{anos}}{0-19 \text{ anos}} \times 100.$$

$$(b) \text{ Ratio de dependência dos jovens} = \frac{0-14 \text{ anos}}{15-64 \text{ anos}} \times 100 \text{ ou } \frac{0-19 \text{ anos}}{20-59 \text{ anos}} \times 100.$$

$$(c) \text{ Ratio de dependência dos velhos} = \frac{65 + \text{anos}}{15-64 \text{ anos}} \times 100 \text{ ou } \frac{60 + \text{anos}}{20-59 \text{ anos}} \times 100.$$

$$(d) \text{ Ratio de dependência total} = \text{RDJ} + \text{RDV}.$$

estrutura, pode introduzir grandes distorções na análise do fenómeno mortalidade. Deste facto resulta que, embora seja usual começar qualquer análise de mortalidade pelas taxas brutas, rapidamente se passa para a construção de índices mais sofisticados, obtidos pela aplicação dos princípios da translação e da estandardização.

Mas, conforme vimos no ponto 2, a exiguidade e o aspecto provisório das nossas fontes no período em análise não nos permitem sofisticar a nossa análise tanto quanto desejávamos.

Assim, em relação aos tipos particulares de mortalidade limitámo-nos a calcular a taxa de mortalidade infantil, a taxa de mortinatalidade, a taxa de mortalidade feto-infantil, a taxa de mortalidade perinatal e a taxa de mortalidade neonatal (ver quadro n.º 5). Completámos a nossa análise com a mortalidade por causas (ver quadros n.ºs 6 e 7). Em relação à mor-

Principais indicadores de mortalidade em Portugal no período de 1970-80

[QUADRO N.º 5]

Anos	(a) Taxa bruta de mor- talidade (permila- gem)	(b) Taxa de morta- lidade infantil clássica (permila- gem)	(c) Taxa de morta- lidade infantil pon- derada (permila- gem)	(d) Mortina- talidade (permila- gem)	(e) Taxa de mortali- dade feto- -infantil (permila- gem)	(g) Taxa de mortali- dade peri- natal (permila- gem)	(h) Taxa de mortali- dade neo- natal (permila- gem)
1970	10,29	58,00	56,89	22,12	80,12	37,80	24,30
1971	10,98	49,77	50,63	22,21	71,98	39,00	23,50
1972	10,07	41,41	40,74	21,06	62,47	34,50	19,70
1973	10,63	44,83	44,71	19,26	64,09	33,10	21,20
1974	10,67	37,89	37,87	17,22	55,11	32,20	20,90
1975	10,39	38,91	39,25	15,48	54,39	31,30	22,00
1976	10,56	33,44	33,63	14,65	48,09	29,30	19,90
1977	9,87	30,29	30,15	14,81	45,10	28,90	19,10
1978	9,81	29,13	28,78	13,85	42,98	26,90	17,40
1979	9,42	26,02	25,85	13,45	39,47	25,50	15,70
1980	9,93	(f) 25,44	(f) 25,45	13,61	39,05	—	—
Variação (percen- tagem)	— 3,50	— 56,14	— 55,26	— 38,47	— 51,26	— 32,54	— 35,39

(a) Fonte: os dados do quadro n.º 1.

(b) Fonte: *Anuário Estatístico de 1979*, p. 33, e *Anuário Estatístico de 1980*, p. 33; o seu cálculo foi feito pela fórmula

Óbitos com menos de 1 ano

Nascimentos

Óbitos com menos de 1 ano

(c) A fórmula ponderada utilizada foi:

$$K^1N_1 + K^2N_0$$

Fetos mortos com 28 e + semanas

(d) Ou taxa de mortalidade fetal tardia é igual a:

Nascimentos

(e) TMFI = TMIC + mortinatalidade.

(f) Valores estimados.

(g) TM = $\frac{\text{Óbitos fetais tardios} + \text{óbitos neonatais precoces}}{\text{Nascimentos}} \times 1000$.

Estas taxas não foram calculadas por não dispormos de elementos na fonte, mas tirados dos *Anuários Estatísticos de 1979 e 1980*.

Óbitos com menos de 28 dias

(h) TMN = $\frac{\text{Óbitos com menos de 28 dias}}{\text{Nascimentos}} \times 1000$.

Estas taxas não foram calculadas por não dispormos de elementos na fonte, mas tiradas dos *Anuários Estatísticos de 1979 e 1980*.

talidade geral limitámo-nos a apresentar, para além das taxas brutas de mortalidade, a evolução da esperança de vida à nascença. Também aplicámos, com os dados que temos, o método da população-tipo.

Começemos a nossa análise pela evolução da mortalidade infantil. Houve uma diminuição de 57 ‰ (em 1970) para 26 ‰ (em 1980), o que corresponde a um declínio de 55 %. Esse declínio, conforme se pode observar no quadro n.º 5, foi em geral constante. Trata-se, pois, de uma evolução que nos parece bastante conforme com outros indicadores sociais. Por outras palavras, atendendo a que o nosso nível de mortalidade ainda era muito elevado em 1970 (sobretudo quando o comparamos com os dos outros países europeus), a melhoria das condições sociais e do equipamento médico-sanitário fizeram com que a mortalidade infantil se reduzisse a praticamente metade. O indicador utilizado, quer o clássico quer o corrigido pelo método da média ponderada, sendo liberto dos efeitos de estrutura, reflecte a evolução real da nossa mortalidade. O mesmo não acontece com as taxas brutas, que, devido a serem muito grosseiras, nos indicam um declínio de 4 %.

Também a mortinatalidade, a mortalidade feto-infantil, a mortalidade perinatal e a mortalidade neonatal apresentam no período em análise um considerável declínio. A primeira declina cerca de 38 %, a segunda 51 %, a terceira 33 % e, finalmente, a neonatal 35 %.

Quanto à mortalidade por causas, apresentamos no quadro n.º 6 a sua composição em 1970 e em 1979, sexos separados. O agrupamento diz respeito às grandes rubricas de causas de morte. A designação dessas rubricas, bem como a sua composição, têm variado ao longo do tempo, tornando assim difíceis as comparações.

Para ultrapassar este problema partimos da nomenclatura apresentada em 1979 e corrigimos a de 1970 para tornar possível as comparações.

A causa de morte mais importante, tanto em 1970 como em 1979, são as doenças do aparelho circulatório. Apesar de, no início do período em análise, o peso relativo desta causa de morte, em relação ao conjunto dos óbitos, já ser bastante elevado (32 % nos homens e 39 % nas mulheres), em 1979 esse peso relativo ainda aumenta mais (40 % nos homens e 47 % nas mulheres). A diferença entre os sexos mantém-se no entanto constante.

As causas de morte que se seguem em importância são os «sintomas e estados mórbidos mal definidos» e os tumores.

Vejamos o primeiro destes tipos de causas de morte. Quer no início quer no fim do período em análise, a sua importância relativa mantém-se constante (12 % no sexo masculino e 19 % no sexo feminino) e, logicamente, também se mantém a diferença relativa entre os sexos.

Pelo contrário, os tumores, que em 1970 representavam 12 % dos óbitos, tanto num sexo como no outro, aumentam ligeiramente a sua importância em 1979 (15 % no sexo masculino e 14 % no sexo feminino).

Quanto às doenças do aparelho respiratório, que em 1970 tinham uma importância sensivelmente idêntica aos tumores (13 % nos homens e 11 % nas mulheres), diminuem consideravelmente de importância no fim do período em análise (9 % nos homens e 7 % nas mulheres). Igual tendência também se pode observar nas doenças do aparelho digestivo, embora com valores bastante mais baixos.

Mortalidade por causas em Portugal em 1970 e 1979 (a)

[QUADRO N.º 6]

Causas	1970				1979			
	H		M		H		M	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem
I Doenças infecciosas e parasitárias	1 638	3,5	763	1,7	977	2,0	602	1,3
II Tumores	5 626	11,9	5 309	11,6	7 270	15,2	6 147	13,7
III Doenças das glândulas endócrinas, da nutrição e do metabolismo	446	0,9	614	1,3	408	0,9	575	1,3
IV Doenças do sangue e dos órgãos hemato-poéticos	129	0,3	104	0,2	112	0,2	127	0,3
V Perturbações mentais	38	0,1	18	0,0	85	0,2	79	0,2
VI Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos	630	1,3	484	1,1	451	0,9	321	0,7
VII Doenças do aparelho circulatório... ..	15 234	32,2	17 841	39,0	18 973	39,6	21 065	47,0
VIII Doenças do aparelho respiratório	6 151	13,0	5 050	11,0	4 187	8,7	2 991	6,7
IX Doenças do aparelho digestivo	4 191	8,8	2 794	6,1	2 732	5,7	1 322	2,9
X Doenças do aparelho geniturinário	1 098	2,3	718	1,6	714	1,5	499	1,1
XI Complicações da gravidez, do parto e do puerpério	—	0,0	127	0,3	—	0,0	49	0,1
XII Doenças da pele e do tecido celular sub-cutâneo	49	0,1	68	0,1	27	0,1	37	0,1
XIII Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	38	0,1	46	0,1	49	0,1	75	0,2
XIV Malformações congénitas	353	0,7	301	0,7	451	0,9	321	0,7
XV Certas causas de morbilidade e mortalidade perinatal	2 187	4,6	1 682	3,7	895	1,9	584	1,3
XVI Sintomas e estados mórbidos mal definidos	5 759	12,2	8 507	18,6	5 749	12,0	8 326	18,6
XVII Acidentes, envenenamentos e violências	3 797	8,0	1 303	2,8	4 816	10,1	1 716	3,8
Total	47 364	100,0	45 729	100,0	47 896	100,0	44 836	100,0

(a) Fonte: Estatísticas da Saúde de 1970, INE, Lisboa, e Anuário Estatístico de 1979, INE, Lisboa.

Os «acidentes, envenenamentos e violências», pelo contrário, manifestam uma pequena subida no período de 1970-79, sem que esse acréscimo tenha alterado a posição relativa dos dois sexos.

As restantes causas são, em geral, de pouco peso e a tendência observada no período foi no sentido de uma certa estabilidade da importância relativa. Uma excepção é, no entanto, de salientar: o declínio da importância de «certas causas de morbilidade e mortalidade perinatal».

No quadro n.º 7 resolvemos apresentar a distribuição de certas causas de morte por grupos de idades. Escolhemos apenas aquelas quatro causas que nos pareceram ser as mais interessantes de analisar: as doenças do aparelho circulatório e os tumores (porque são as causas de maior e de crescente importância), os acidentes, envenenamentos e violências (por ser uma causa de morte com grande crescimento nos últimos anos, sobretudo no sexo masculino) e as doenças do aparelho respiratório (por ser a causa de morte com uma maior diminuição nos últimos anos, tanto num sexo como no outro).

Algumas causas de morte em Portugal (1970-79) por grupos de idades (a)

[QUADRO N.º 7]

Grupos de idades	Doenças do aparelho circulatório		Tumores		Acidentes, envenenamentos e violências		Doenças do aparelho respiratório	
	1970	1979	1970	1979	1970	1979	1970	1979
<i>Sexo masculino</i>								
- 1 ano ...	0,05	0,09	0,05	0,06	0,50	1,31	19,90	9,84
1-4 anos...	0,02	0,05	0,71	0,36	4,21	4,22	6,80	1,82
5-19 anos .	0,30	0,19	1,78	1,69	14,20	14,51	2,00	1,55
20-59 anos	14,56	13,97	30,18	28,45	55,68	56,19	14,68	15,19
60 e + anos	85,03	85,70	67,18	69,45	25,05	23,77	56,56	71,60
Total ...	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<i>Sexo feminino</i>								
- 1 ano ...	0,02	0,07	0,11	0,10	1,30	2,33	20,36	11,43
1-4 anos...	0,02	0,04	0,75	0,41	10,51	8,22	7,72	2,57
5-19 anos .	0,25	0,21	1,51	1,35	12,82	12,82	2,14	1,64
20-59 anos	8,06	7,42	31,95	30,73	29,09	34,56	8,55	8,96
60 e + anos	91,61	92,26	65,68	67,41	46,12	42,07	61,15	75,39
Total ...	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

(a) Fonte: ver quadro n.º 6; em 1970, a soma das percentagens nem sempre é igual a 100, devido a erros na fonte.

Em relação às primeiras duas causas de morte, podemos facilmente observar que elas ocorrem majoritariamente nos grupos de idade mais avançada, em particular a partir dos 60 anos. Apesar de algumas oscilações, não nos pareceu que o aumento da sua importância relativa tivesse modificado a sua repartição por idades, tanto num sexo como no outro.

O mesmo se pode dizer em relação aos acidentes, envenenamentos e violências. No entanto, é interessante salientar que existe uma maior repartição desta causa de morte pelos diferentes grupos de idades,

Finalmente, nas doenças do aparelho respiratório, o declínio geral desta doença no período de 1970-79 fez-se sobretudo nos primeiros grupos de idade, tanto num sexo como no outro.

Quanto à mortalidade geral, as taxas brutas apresentam um declínio de 3,5 % no período em análise. É um indicador muito grosseiro, conforme já o dissemos, e que não permite apreciar a real evolução da mortalidade geral. Existem dois princípios de análise que permitem superar esta limitação: o da standardização e o da translação.

Em relação à aplicação do primeiro princípio escolhemos o método da standardização directa ou método da população-tipo. Escolhemos como tipo a população de 1970 (ver quadro n.º 8) e verificámos que em 1979, se a população portuguesa tivesse a estrutura de 1970, a taxa seria de 9,38 ‰, em vez de 9,42 ‰. A diferença é pois mínima. Não seria de esperar outra coisa, atendendo ao facto de as estruturas terem envelhecido muito pouco no período de 1970-79.

**Estimação da evolução da mortalidade geral no período de 1970-79
através do método da população-tipo**

[QUADRO N.º 8]

	0-19	20-59	60 +	Total
1970				
População	3 182 750	4 185 465	1 242 910	8 611 125
Óbitos	13 272	14 942	64 879	93 093
p_x	0,369 6	0,486 1	0,144 3	1,000 00
t_x (× 1000)	4,17	3,57	52,20	10,81
$p_x t_x$	1,541 2	1,735 4	7,532 5	10,81
1979				
População	3 516 300	4 898 200	1 426 700	9 841 200
Óbitos	6 938	16 289	69 505	92 732
p_x	0,357,3	0,497 7	0,145 0	1,000 0
t_x (× 1000)	1,97	3,33	48,72	9,42
$p_x t_x$	0,703 9	1,657 3	7,064 4	9,42
1979 (população-tipo)				
1970				
p_x	0,369 6	0,486 1	0,144 3	1,000 0
1979				
t_x	1,97	3,33	48,72	9,42
$p_x^{1970} t_x^{1979}$	0,728 1	1,618 7	7,030 3	9,38

Quanto à aplicação do princípio da translação, a natureza dos dados não nos permite calcular directamente uma tábua de mortalidade. Resolvemos contornar esta dificuldade, servindo-nos das tábuas-tipo de Princeton. A entrada nas tábuas foi feita através da proporção dos óbitos infantis no conjunto dos óbitos. Obtivemos assim para 1979 uma esperança de vida à nascença de 75 anos para o sexo feminino e de 71 anos para o sexo masculino. No conjunto dos dois sexos, a esperança de vida estimada ronda os 73 anos, o que, comparado com o valor de 1970 (cerca de 68 anos), nos dá um ganho de cinco anos no período de 1970-79.

b) NATALIDADE E NUPCIALIDADE

Como é lógico, encontrámos as mesmas dificuldades na análise destas duas variáveis. Começámos por calcular as taxas brutas de natalidade e de nupcialidade. Como também dispúnhamos de informação relativa ao número de divórcios, calculámos igualmente a evolução das taxas brutas de divórcio.

Em relação à nupcialidade e ao divórcio nada mais podemos fazer, visto não dispormos de elementos que nos permitam construir outros índices libertos dos efeitos de estrutura. Quanto à natalidade, felizmente que a situação é um pouco diferente. O facto de dispormos das estruturas estimadas por sexos e grupos de idades, bem como do número de nascimentos por grupos de idades, permitiu-nos calcular a taxa de fecundidade geral, a descendência média e a taxa bruta de reprodução.

Começemos a nossa análise pela evolução da natalidade. Já anteriormente tínhamos comentado a evolução das taxas brutas e dissemos que no período em análise declinou 14 %. Já dissemos que se trata de um índice grosseiro. Porém, atendendo a que as estruturas globais da população portuguesa não se modificaram substancialmente de 1970 para 1980, dá-nos uma visão aproximada da evolução. Não nos admirou, pois, que, quando passámos a utilizar um indicador já menos grosseiro — a taxa de fecundidade geral —, o sentido da evolução não se tenha alterado: o declínio foi de 13 % (ver quadro n.º 9).

Evolução das taxas brutas de natalidade, nupcialidade e divórcio e da taxa de fecundidade geral de Portugal no período de 1970-80

[QUADRO N.º 9]

Anos	Taxa bruta de natalidade (permiagem)	Taxa de fecundidade geral (permiagem)	Taxa bruta de nupcialidade (permiagem)	Taxa bruta de divórcio (permiagem)
1970	19,12	73,63	9,01	0,06
1971	21,03	84,05	9,28	0,06
1972	19,47	82,84	8,62	0,07
1973	19,20	81,22	9,40	0,07
1974	18,90	78,24	8,98	0,09
1975	19,06	76,15	10,94	0,16
1976	19,32	76,56	10,54	0,50
1977	18,60	73,56	9,39	0,80
1978	17,09	67,47	8,28	0,71
1979	16,29	64,15	7,93	0,60
1980	16,37	63,96	7,45	—
Variação (percentagem) ...	-14,38	-13,13	-17,31	—

Com este último indicador eliminámos, como é sabido, o efeito perturbador da parte da população onde não ocorrem nascimentos. Por outras palavras, apenas tivemos em consideração as mulheres no período fértil (dos 15 aos 50 anos). Porém, pode acontecer duas populações terem o mesmo modelo de fecundidade, as proporções de mulheres serem idênticas, e, no entanto, as taxas serem diferentes. Basta para tal que exista uma diferente repartição das mulheres no interior desse período fértil.

Quer a descendência média (número médio de filhos por mulher), quer a taxa bruta de reprodução (número médio de filhas por mulher), permitem superar essa limitação. Como felizmente dispomos de dados que nos permitem calcular esses indicadores, escolhemos três momentos diferentes do período em análise para observar a sua evolução: 1969-72, 1976 e 1979. Não calculámos a taxa líquida de reprodução (número médio de filhos por mulher, tendo em conta os efeitos da mortalidade) por não nos ter sido possível calcular a tábua de mortalidade para 1979. Também não calculámos a descendência média e a taxa bruta de reprodução (embora existam algumas estimativas feitas por extrapolação) para 1980 por não existirem ainda os nascimentos por grupos de idades para essa data.

Se observarmos com atenção a evolução apresentada no quadro n.º 10, a primeira impressão que imediatamente salta à vista é que as taxas de fecundidade diminuíram em todos os grupos de idades, excepto no primeiro, onde aumentou. Existe, pois, um princípio, uma tendência para a concentração da fecundidade nas idades mais jovens. No entanto, esta tendência não é tão linear como parece à primeira vista. Na realidade, se a partir dos 25 anos se observa um declínio regular, o mesmo não

Taxas de fecundidade por grupos de idades, descendência média e taxa bruta de reprodução de Portugal em 1969-72, 1976 e 1979

[QUADRO N.º 10]

Grupos de idades	1969-72	1976	1979	Variação (percentagem)
Taxas de fecundidade				
15-19 anos	0,031 51	0,047 67	0,041 32	+ 31,13
20-24 anos	0,151 58	0,160 23	0,137 95	— 8,99
25-29 anos	0,182 36	0,141 13	0,123 26	— 32,41
30-34 anos	0,123 32	0,088 01	0,077 98	— 36,77
35-39 anos	0,079 96	0,052 67	0,036 12	— 54,83
40-44 anos	0,033 49	0,022 55	0,015 19	— 54,64
45-49 anos	0,003 31	0,002 35	0,001 98	— 40,18
Descendência média	3,03	2,57	2,17	— 28,38
Taxa bruta de reprodução ...	1,48	1,26	1,06	— 28,38
M	29,01	27,64	27,31	— 5,86
σ^2	42,10	43,22	39,96	— 5,08

acontece no grupo anterior. Especificando um pouco mais, temos um aumento das taxas de fecundidade no grupo 20-24 anos no período de 1969/72-76, seguido de um enorme declínio no período de 1976-79. Como, neste último período, o declínio é muito maior do que o aumento no período anterior, globalmente observa-se um ligeiro declínio (bastante inferior aos restantes grupos). No grupo 15-19 anos observa-se o mesmo, ou seja, um grande aumento das taxas no período de 1969/72-76, seguido de um pequeno declínio no período de 1976-79. Como o aumento no primeiro período é muito maior do que o declínio no segundo período, globalmente houve um grande aumento.

Como interpretar esta evolução? Pensamos que os valores encontrados em 1976 reflectem a grande perturbação causada pelo retorno. Essa

perturbação não invalida o que dissemos, ou seja, a tendência para uma maior concentração da fecundidade nas idades mais jovens. Como prova do que afirmamos basta observar a evolução de M (idade média da fecundidade), que diminui de 29,01 para 27,31, e de σ^2 (variância das taxas de fecundidade), que diminui de 42,10 para 39,96. Estamos, pois, perante um país com um comportamento cada vez mais malthusiano.

Consequentemente, a descendência média e a taxa bruta de reprodução diminuíram de 3,03 para 2,17 e de 1,48 para 1,06 respectivamente. Sabendo-se que a substituição das gerações é assegurada com uma descendência média de 2,1, o nosso país, em 1979, encontra-se praticamente em cima desse limite. A continuar a tendência, tudo indica pois que o nosso país deixou de renovar as suas gerações a partir de 1980.

Quanto à nupcialidade, declinou globalmente 17 % no período em análise. Esse declínio não foi, no entanto, uniforme: é relativamente estável até 1974 (apesar da existência de algumas flutuações aleatórias), aumenta nos anos de 1975 e 1976 (devido ao efeito do retorno) e declina nos anos seguintes. Existe, pois, a partir de 1976, uma manifesta tendência para uma baixa da nupcialidade. É certo que se trata de um índice grosseiro e que os dados de que dispomos não nos permitem construir índices mais sofisticados. Mas, atendendo a que as estruturas no fim e no princípio do período em análise são sensivelmente idênticas, julgamos que se trata de uma evolução muito próxima do real em termos de declínio. O mesmo não podemos afirmar para as flutuações encontradas nos diversos anos, pois pode tratar-se de simples efeitos de estrutura.

Ao invés, o divórcio apresenta-nos um considerável aumento. Esse aumento é muito lento até 1975, muito grande no período de 1976-77, para começar a diminuir nos dois anos seguintes. Estes dados parecem-nos bastante conformes com o que sabemos da evolução da realidade social portuguesa.

c) OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS

Este tipo de variável é incontestavelmente o mais difícil de analisar. Em primeiro lugar, porque se trata de uma variável complexa que engloba três aspectos distintos: a emigração, a imigração e as migrações internas. Em segundo lugar, a existência de um processo de clandestinidade no nosso país desde longa data torna as nossas estatísticas mais incompletas do que nas outras variáveis microdemográficas.

Ao nível global do País, não temos migrações internas, ficando assim reduzida a nossa análise apenas à emigração e à imigração.

Vejam, em primeiro lugar, a emigração oficial. Como é lógico, os dados a que se refere o quadro n.º 1 dizem apenas respeito à emigração oficial. Consequentemente, a evolução das taxas brutas de emigração também dizem respeito apenas à emigração oficial. A tendência parece-nos correcta, tendo em conta aquilo que sabemos da realidade social portuguesa: uma certa estabilidade dos valores até 1973 e um declínio a partir de 1974, se bem que com um ligeiro aumento nos últimos três anos. Este pequeno aumento, no entanto, fica muito aquém dos valores encontrados no início do período.

Compreende-se que assim seja; a crise económica que se instalou sobretudo na Europa ocidental, acompanhada de uma crise de emprego,

fez com que os países que a integram tenham deixado de ser um pólo de atracção.

No entanto, devido ao facto de nem sempre a emigração ser feita oficialmente, é bem possível que as taxas de emigração estejam subestimadas, sobretudo até 1974. Em trabalho anterior² estimámos a importância da clandestinidade nos vários decénios anteriores a este. Apesar de não passar de uma estimacção, o trabalho estava relativamente facilitado. Conhecendo-se a população nos recenseamentos, o movimento natural, a imigração e a qualidade dos dados pela equação de concordância, tornou-se possível essa estimacção. Porém, neste período algo de invulgar aconteceu: o fenómeno do retorno, cuja exacta importância não se conhece, visto não ter sido convenientemente registado.

É certo que as nossas estatísticas registam com um certo detalhe os estrangeiros que fixaram residência no nosso país. Mas essa informação é insignificante quando comparada com as centenas de milhares de pessoas que regressaram de África.

Se observarmos o quadro n.º 2, rapidamente nos damos conta da sua importância. O crescimento migratório anual médio, negativo até 1973, torna-se francamente positivo nos períodos de 1973-74 e 1974-75, para depois voltar a ser negativo. Ora, se nos anos de 1974-75 houve 68 208 emigrantes oficiais, o grande aumento observado só pode ter sido consequência do retorno.

Tentemos estimar a importância do retorno através da equação de concordância para o conjunto do período em análise:

População em 1970	9 013 700
Nascimentos (1970-80)	1 744 189
Óbitos (1970-80)	964 170
Emigrantes (1970-80)	364 857
População esperada em 1980	9 428 862
População recenseada em 1980	9 806 300
População recenseada-população esperada	+ 377 438

Houve portanto um total de cerca de 400 000 pessoas a mais em relação ao esperado. Se tivermos em conta ainda o facto de (sobretudo até 1974) muitos emigrantes não terem sido contados devido ao fenómeno da clandestinidade, a diferença entre a população recenseada e a população esperada está subavaliada.

Qual será a importância dessa subavaliação? Não o podemos saber ao certo, mas, dado que foi possível estimar para o decénio de 1960-70 que a clandestinidade representa 75 % dos emigrantes oficiais, admitindo a constância do fenómeno, temos cerca de 273 000 clandestinos.

Neste contexto, com as precauções inerentes ao método de estimacção utilizado, pensamos que a importância real do retorno deve rondar os 650 000.

Finalmente, um outro aspecto interessante de analisar é a evolução do destino da nossa emigração oficial (ver quadro n.º 11).

Em 1970, a Europa era o destino de 66 % da nossa emigração, seguida da América do Norte (24,9 %) e da América do Sul (7,1 %).

Emigrantes oficiais segundo os países de destino, período de 1970-80 (a)

[QUADRO N.º 11]

Anos	África		América do Norte		América do Sul		Ásia		Europa		Oceânia		Total(b)	
	Números absolutos	Porcentagem	Números absolutos	Porcentagem	Números absolutos	Porcentagem	Números absolutos	Porcentagem	Números absolutos	Porcentagem	Números absolutos	Porcentagem	Números absolutos	Porcentagem
1970	959	1,4	16 507	24,9	4 723	7,1	1	0,0	43 701	66,0	360	0,5	66 251	100,0
1971	767	1,5	16 000	31,7	4 759	9,4	1	0,0	28 438	56,4	435	0,9	50 400	100,0
1972	476	0,9	14 577	27,0	4 818	8,9	2	0,0	33 962	62,8	249	0,5	54 084	100,0
1973	489	0,6	15 726	19,8	5 204	6,5	—	0,0	57 426	72,2	672	0,8	79 517	100,0
1974	591	1,4	21 288	49,1	3 300	7,6	—	0,0	17 575	40,5	643	1,5	43 397	100,0
1975	267	1,1	14 892	60,0	3 515	14,2	374	1,5	5 507	22,2	256	1,0	24 811	100,0
1976	318	1,6	11 257	57,8	2 699	13,9	277	1,4	4 705	24,2	213	1,1	19 469	100,0
1977	408	2,1	9 238	47,3	4 258	21,8	481	2,5	4 717	24,1	441	2,3	19 543	100,0
1978	869	3,9	10 118	45,8	3 946	17,8	874	4,0	5 805	26,3	500	2,3	22 112	100,0
1979	1 117	4,2	11 068	42,1	4 203	16,0	918	3,5	8 781	33,4	231	0,9	26 318	100,0
1980	1 204	4,8	8 455	33,5	3 054	12,1	2 411	9,6	9 763	38,7	320	1,3	25 207	100,0

(a) Fonte: *Anuário Estatístico de 1979*, p. 43, para 1970, e *Anuário Estatístico de 1980*, p. 42, para os restantes anos.

(b) Em 1970 e em 1972, os dados não coincidem com os do quadro n.º 1 devido a erro na fonte.

A África recebia apenas 1,4 %, a Oceânia 0,5 % e a Ásia não tinha nenhuma atracção.

Até 1973, esta situação não se altera e o peso da Europa aumenta de importância, em detrimento dos outros continentes.

A partir de 1974, a situação alterou-se completamente:

A Europa, que até essa data era de longe o continente mais importante, perde grande parte da sua importância, sendo ultrapassada pela América do Norte. Em 1978 começa a recuperar a sua importância, voltando de novo, em 1980, a ser o continente que exerce uma maior atracção. No entanto, ainda está muito longe de ter o peso que tinha no início do decénio.

A América do Norte, que a partir de 1974 começa a ser o continente de maior atracção e triplica a sua importância no período de 1973-75, começa a diminuir o seu peso relativo a partir desta última data, sendo de novo ultrapassada pela Europa em 1980.

A América do Sul começa a ganhar em capacidade de atracção, atingindo em 1977 o seu maior peso relativo (21,8 %). A partir desta data começa a diminuir a sua importância, sendo a tendência no sentido de retomar os valores do início da década.

Quanto à África, que tinha uma atracção diminuta até 1973, começa a aumentar a sua importância relativa a partir desta última data, embora com flutuações.

A Ásia tem uma evolução idêntica à da África.

A Oceânia, embora tenha aumentado, em relação ao início da década, a sua importância relativa, tem muito menor atracção do que a Ásia e a África.

6. COMPARAÇÃO DOS DADOS DE PORTUGAL COM OS DOS RESTANTES PAÍSES EUROPEUS

No quadro n.º 12 apresentamos os principais indicadores demográficos do continente europeu.

Quanto ao crescimento natural, podemos observar que o nosso país tem um crescimento ligeiramente superior à média do continente e é praticamente idêntico ao da Europa do Sul e da Europa oriental.

No que diz respeito aos indicadores de estrutura, Portugal tem um envelhecimento, tanto na base como no topo, menor que a média do continente. O seu nível de envelhecimento, no entanto, é praticamente idêntico ao da Europa do Sul.

Quanto à mortalidade, temos três indicadores que nos permitem proceder a comparações: a taxa bruta de mortalidade, a taxa de mortalidade infantil e a esperança de vida à nascença. O primeiro indicador não nos indica grandes assimetrias, tendo em conta o facto de se tratar de um instrumento de análise bastante grosseiro. Na mortalidade infantil, Portugal, embora tendo um valor muito próximo do nível da Europa do Sul e da Europa oriental, está muito longe dos níveis encontrados para a Europa ocidental e do Norte. Na esperança de vida também não encontramos grandes assimetrias.

Indicadores demográficos do continente europeu em 1980

[QUADRO N.º 12]

	População em 1980 (milhões)	Taxa bruta de natalidade (permilagem)	Taxa bruta de mortalidade (permilagem)	Taxa de crescimento natural (porcen- tagem)	Taxa de mortalidade infantil (permilagem)	Descendên- cia média	Esperança de vida à nascença	População com menos de 15 anos (porcen- tagem)	População com mais de 65 anos (porcen- tagem)	População no ano 2000 (milhões)	Produto nacional bruto per capita (US\$)
EUROPA	484	14	10	0,4	19	2,0	72	24	12	521	5,650
EUROPA DO NORTE.	82	13	11	0,1	13	1,8	72	23	14	84	6,140
Dinamarca	5,1	12	10	0,2	9	1,7	74	22	14	5,3	9,920
Finlândia	4,8	14	9	0,4	9	1,7	72	22	11	5,1	6,820
Islândia	0,2	19	6	1,2	11	2,3	76	30	9	0,3	8,320
Irlanda	3,3	22	10	1,1	16	3,4	71	31	11	4,0	3,470
Noruega	4,1	13	10	0,3	9	1,8	75	24	14	4,4	9,510
Suécia	8,3	11	11	0,0	8	1,7	75	21	15	8,6	10,210
Reino Unido	55,8	12	12	0,1	14	1,7	72	23	14	56,5	5,030
EUROPA OCIDENTAL	153	12	11	0,1	12	1,6	72	22	14	158	8,970
Áustria	7,5	11	12	— 0,1	15	1,6	72	23	15	7,6	7,030
Bélgica	9,9	12	12	0,1	12	1,7	71	22	14	10,7	9,070
França	53,6	14	10	0,3	11	1,9	73	24	14	57,5	8,270
República Federal da Ale- manha	61,1	9	12	— 0,2	15	1,4	72	21	15	59,8	9,600
Luxemburgo	0,4	11	12	0,0	11	1,5	70	20	13	0,4	10,410
Holanda	14,1	13	8	0,4	10	1,6	75	25	11	15,5	8,390
Suíça	6,3	11	9	0,2	10	1,5	73	22	13	6,4	12,100
EUROPA ORIENTAL	110	18	11	0,7	23	2,3	71	23	11	121	3,670
Bulgária	8,9	16	10	0,5	22	2,3	71	22	11	9,5	3,200
Checoslováquia	15,4	18	12	0,7	19	2,4	70	23	12	17,2	4,720
República Democrática da Alemanha	16,7	14	14	0,0	13	1,8	72	21	16	16,6	5,660
Hungria	10,8	16	13	0,3	24	2,2	70	21	13	11,2	3,450
Polónia	35,5	19	9	1,0	22	2,3	71	24	10	40,9	3,660
Roménia	22,3	20	10	1,0	31	2,6	70	25	10	25,7	1,750
EUROPA DO SUL	140	15	9	0,7	24	2,3	71	26	11	157	3,290
Albânia	2,7	30	8	2,2	87	4,2	69	37	5	3,8	740
Grécia	9,6	16	9	0,7	19	2,3	73	24	12	10,6	3,270
Itália	57,2	12	9	0,3	18	1,9	72	24	12	61,3	3,840
Malta	0,3	17	10	0,8	16	2,0	71	25	9	0,4	2,160
Portugal	9,8	16	10	0,6	25	2,1	73	26	10	11,6	2,020
Espanha	37,8	17	8	0,9	16	2,6	72	28	10	43,9	3,520
Jugoslávia	22,4	17	8	0,9	34	2,2	68	26	9	25,7	2,390

Fonte: *World Population Data Sheet — 1980*; os dados para Portugal foram corrigidos.

Finalmente, os indicadores de natalidade apontam-nos para uma situação de relativa homogeneidade nas taxas brutas (apesar das flutuações, provavelmente devidas aos efeitos de estrutura). A descendência média do nosso país indica-nos uma situação em que as gerações apenas se renovam.

Apesar de o índice ser ligeiramente inferior ao da Europa do Sul e oriental, é bastante superior ao valor da Europa ocidental e do Norte.